

# ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL: o caso dos cursos de engenharia na Argentina e no Mercosul\*

*ACCREDITATION OF UNDERGRADUATE COURSES AT THE NATIONAL AND REGIONAL LEVELS: the case of engineering courses in Argentina and Mercosur*

---

**Silvana Lorena Lagoria**

Universidade Nacional de Córdoba-Argentina

E-mail: silvana\_lc@yahoo.com.ar

**Tradução: Maria Flávia Batista Lima**

## Introdução

Com a globalização, ao fim da década de 1980 e início dos anos 1990, ganharam destaque, nas políticas latino-americanas, as noções de produtividade, competitividade e qualidade como condição de acesso à dinâmica global. Essas noções estabelecem relação com o novo paradigma de desenvolvimento dos países, baseado na formação do capital humano e nas demandas dos processos de integração regional, que, nessa década, já haviam se consolidado<sup>1</sup>.

As características do contexto global nos anos de 1990, como a crescente demanda intelectual que geraram as novas tecnologias e a revalorização da educação como ferramenta geradora de conhecimentos vitais para a atividade produtiva (RAMA, 2006), tiveram seu impacto na educação superior latino-americana. Essas

---

\* Neste artigo, é apresentada parte dos resultados obtidos em uma pesquisa maior intitulada *Acreditación de carreras de grado en el ámbito nacional y regional: el caso de las ingenierías* (LAGORIA, 2016). Nesta tese, foram analisadas as mudanças produzidas nos cursos de graduação no decorrer dos processos de controle de qualidade em nível nacional e regional. Também, foi incluído um anexo sobre os cursos de Engenharia Eletrônica na União Europeia (UE), que enriqueceu a análise por apresentar uma experiência de acreditação regional em um contexto diferente ao latino-americano.

<sup>1</sup> A consolidação do processo de integração regional no mundo reconhece duas etapas em sua evolução, denominadas velho regionalismo e novo regionalismo.

características implicaram, por um lado, a massificação da matrícula universitária na região e a ampliação do acesso pela iniciativa privada; por outro lado, o incremento da oferta de cursos e o surgimento de alguns de qualidade duvidosa.

Assim, justificou-se uma reforma educativa cujo principal discurso foi o asseguramento da qualidade, tanto na educação básica como na educação superior. Em relação a esse discurso, Rama (2006) destaca o papel que é assumido pelo Estado como regulador, buscando a qualidade nos programas de ensino e nas instituições, por meio de mecanismos de avaliação e acreditação.

Em uma perspectiva política, os processos de acreditação de cursos de graduação são uma forma de o Estado propor, controlar, garantir e dar legitimidade à qualidade da oferta de educação superior. Além disso, em uma perspectiva sociológica, esses processos contribuem para afirmar uma cultura de qualidade.

Como se sabe, as políticas definidas no contexto macro vão se impregnando, durante sua implementação, de interesses e particularidades próprias da ação dos atores. Por tal motivo, este artigo propõe investigar como os processos de acreditação nacional e regional repercutem nos aspectos organizacionais e culturais dos cursos de Engenharia, desvendando pelo seu interior os efeitos (BALL, 2002)<sup>2</sup> das macropolíticas que compreendem às instituições de educação superior.

Este propósito conduz a indagações, para além dos documentos que registram o processo de acreditação, e apresenta as opiniões e perspectivas dos atores institucionais que vivenciaram o processo.

Nossa perspectiva teórica parte da mudança de concepção da educação superior, conforme concebido por Krotzsch (2003), que integra os posicionamentos de Durkheim, Bourdieu e Clark para construir um modelo analítico da mudança institucional.

Para compreender os efeitos das políticas em curso, recorreu-se ao referencial teórico proposto por Stephen Ball e denominado “perspectiva dos ciclos da política (*policy cycle approach*) [...], ‘caixa de ferramentas’ para a análise da trajetória da política educativa” (MIRANDA, 2011, p. 105).

---

<sup>2</sup> Ball (2002) assinala que as políticas possuem efeitos e não só resultados e identifica efeitos de primeira ordem mais relacionados com mudanças nas práticas.

Segundo Miranda (2011), no ciclo da política Ball identifica cinco contextos em que as políticas são produzidas, reproduzidas, criadas e executadas de maneira inter-relacionada, não linear nem sequencial. Estes contextos são: “contexto de influência, contexto da produção do texto político, contexto(s) da prática, contexto dos resultados e contextos da estratégia política” (MIRANDA, 2011, p.109).

Ainda que para a análise política seja importante considerar os cinco contextos do parágrafo anterior, neste artigo, mais importante é compreender o contexto da prática, pois é o local em que são identificadas as ações aonde o texto político é desenvolvido e “está sujeito a interpretações, é recriado, reinterpretado, sofre um processo de tradução por parte dos atores centrais da prática: os profissionais/docentes” (MIRANDA, 2011, p.115). O autor reconhece que a cultura e história institucionais e as práticas acumuladas são os elementos que determinam reinterpretações e significados que os atores (leitores) atribuem às políticas ao colocá-las em ação.

Por esses motivos, segundo Mainardes y Marcondes (2009), para Ball as políticas não são implementadas, já que considerá-las de tal modo implicaria vê-las de maneira linear e sistemática.

Com a intenção de examinar significados do nível intrínseco das instituições, este estudo introduz-se no campo da sociologia das organizações e da cultura. Nessa área, são citados autores como Crozier y Friedberg (1990), Geertz (1992) e Thompson (1990) para compreender conceitos relevantes, tais como: campo, mudança, cultura e a forma em que eles se relacionam.

O foco da análise é no nível operacional das práticas e nas modificações que se registram em resposta ao processo de acreditação nacional e regional.

Quatro cursos participaram deste estudo: Engenharia Eletrônica e Industrial da Faculdade Regional Córdoba da Universidade Tecnológica Nacional (FRC-UTN) e Engenharia Eletrônica e Industrial da Universidade Nacional de Córdoba (UNC).

A partir da análise dos quatros casos, o texto propõe reflexão sobre os efeitos dos processos de acreditação de cursos na Argentina e na região em relação às categorias de mudança, entendida como melhorias a partir do processo de acreditação e da cultura da qualidade. Ambos os conceitos são analisados com o material empírico referente às práticas desenvolvidas pelos atores

para dar respostas às demandas do processo de acreditação. Além disso, recorre-se um trabalho de campo realizado em um país da União Europeia (UE), que auxiliará no esclarecimento de alguns aspectos constitutivos do Mercosul, assim como para compreender suas ações.

Na sequência do texto, são explicitadas as análises em relação ao sentido da acreditação no âmbito nacional e regional e são comentados os principais resultados. Para finalizar, são apresentadas algumas reflexões sobre a experiência dos cursos da amostra estudada durante o processo de acreditação nos níveis nacional e regional.

## A acreditação na Argentina e no Mercosul

Para compreender a análise que se desenvolve a seguir, é preciso apresentar algumas breves especificações sobre o seu contexto.

Na América Latina, como no resto do mundo, os sistemas de acreditação da educação superior surgiram como resposta à necessidade de assegurar a qualidade da oferta acadêmica e das instituições. A finalidade principal da acreditação é controlar, garantir e legitimar a qualidade da educação superior para a sociedade. Assim mesmo, por ser um processo social e comunitário, requer a participação da comunidade educativa em interação com as autoridades setoriais que representam à sociedade. Atribui-se, também, ao mencionado processo, o efeito de contribuir com a construção de uma cultura da qualidade (MORA, 2005; DIAS SOBRINHO, 2008).

Na Argentina, o controle da qualidade consolidou-se em 20 de julho de 1995, com a sanção da LES – Lei de Educação Superior n. 24.521 (ARGENTINA, 2015) e com a criação da Coneau (Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária)<sup>3</sup>. Mediante a acreditação, o Estado certifica que determinado curso ou programa de estudo cumpre com os padrões mínimos previamente definidos pelo Ministério de Cultura e Educação, consultado com o Conselho de Universidades (LES, art. 46).

A Coneau é o órgão oficial responsável por conduzir o processo de acreditação e a avaliação da educação superior e começou suas funções um ano

---

<sup>3</sup> Coneau (Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior) <<http://www.coneau.edu.ar>>).

após a sua criação. Este mesmo organismo atua, como a Agência Nacional de Acreditação (ANA) no processo de acreditação regional Arcu-Sul, no qual tem como funções, entre outras: lançar a convocatória no território nacional, aplicar o procedimento e outorgar a acreditação em função dos padrões regionais.

No contexto regional, o processo de acreditação é de interesse do bloco para fortalecer o Mercosul Educativo como espaço comum de integração. Isso se concretizou a partir do Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos de Graduação (MEXA), que foi definido em junho de 1998 e teve vigência até o ano de 2006. Logo depois, foi substituído pelo Sistema permanente de Acreditação de Cursos Universitários para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica das respectivas titulações no Mercosul e os Estados Associados (Arcu-Sul).

Assim, no Primeiro Plano Trienal do Setor Educativo do Mercosul, foi proposta

[...] a compatibilização dos sistemas educativos, o reconhecimento de estudos e a homologação de títulos com a finalidade de facilitar a circulação de estudantes e profissionais da região e a formulação de propostas de flexibilização, acreditação e reconhecimento de estudos e títulos (FERNÁNDEZ LAMARRA, 2005, p. 98).

González e Castillo (2006) mencionam a acreditação de cursos no Mercosul como uma ação política concreta orientada ao fortalecimento do bloco e para a integração educativa, a partir da conformação de um espaço de educação comum. Assim, os procedimentos de acreditação no Mercosul foram criados a partir dos seguintes propósitos: contribuir para a conformação do espaço de educação comum e para a integração educativa; assegurar a formação de recursos humanos capacitados que contribuam com o desenvolvimento regional; reconhecer títulos de graduação em nível regional; facilitar a mobilidade acadêmica na região e estimular os processos de avaliação com a finalidade de elevar a qualidade educativa.

Em relação a esses propósitos da acreditação tanto em nível regional como em nacional, algumas pesquisas prévias (BARREYRO; LAGORIA, 2010; 2016; LAGORIA, 2010; BARREYRO; LAGORIA; HIZUME, 2012) permitem estabelecer algumas reflexões sobre os efeitos da acreditação em escala regional e nacional nos cursos de graduação que integraram este estudo.

## Accreditação, mudança e cultura da qualidade

Em nível nacional, interessava saber a maneira pela qual o processo de acreditação reflete nas práticas institucionais em termos de melhoria da qualidade. À luz desse propósito, procurou-se detectar quais são os resultados visíveis e constatáveis da acreditação nos aspectos acadêmico, organizacional e cultural nos cursos selecionados para esta pesquisa.

É importante recordar, como dito anteriormente, que o processo de acreditação propõe-se a controlar, garantir e legitimar a qualidade da educação superior para a sociedade. Por isso mesmo, atribui-se a este processo a finalidade de promover e estimular a contínua melhoria da educação superior, assim como a tarefa de fomentar a cultura da qualidade.

No caso dos cursos que integram a amostra, a acreditação nacional aconteceu em duas fases. Isso se deve ao fato de que, em uma primeira instância de avaliação, os cursos não alcançaram os padrões mínimos e, por isso, foi outorgada uma acreditação válida por três anos, mas com o compromisso de realização de melhorias necessárias para alcançar os padrões após esse período<sup>4</sup>.

Na primeira fase da acreditação nacional, os cursos aderiram aos Programas de Melhoria para as Engenharias (PROMEI). Estes constituíram um elemento fundamental para realizar modificações e cumprir com os compromissos assumidos, principalmente no que se refere à pesquisa, à biblioteca, ao equipamento e à docência.

Sem dúvida, os planos de melhoria do processo de acreditação nacional foram um facilitador de mudança no que se refere aos componentes mencionados no parágrafo anterior. Isso permitiu aos cursos obter uma acreditação por mais três anos como resultado da segunda fase de acreditação, ficando registrados nas resoluções os avanços dos cursos que alcançaram os padrões exigidos.

---

<sup>4</sup> Segundo a LES n. 24.521, na Argentina, os resultados do processo de acreditação podem ser: a) acreditação por seis anos, quando os cursos cumprem com o perfil previsto; b) acreditação por três anos, quando os cursos cumprem com o perfil previsto, mas não têm um ciclo completo concluído e, portanto, não têm egressos ou não cumprem com o perfil previsto, porém têm estratégias de melhorias adequadas que se transformam em compromissos; c) não acreditação, quando o curso não cumpre com o perfil previsto e suas estratégias de melhoria não permitem esperar que sejam alcançadas em um prazo razoável.

Em nível regional, um aspecto diretamente relacionado com a acreditação de cursos de graduação é a intenção de reconhecimento de títulos de graduação no bloco e a mobilidade acadêmica na região. Com relação a isso, o Manual de Procedimentos do Sistema Arcu-Sul (2008) esclarece que o reconhecimento da qualidade dos títulos de graduação outorgados no Sistema não confere por si o direito ao exercício da profissão nos demais países. No entanto, esse reconhecimento será considerado como critério comum para articular programas regionais de cooperação, fomento, subsídio, mobilidade, entre outros, que beneficiem aos sistemas de educação superior em geral.

O sentido da acreditação no Sistema Arcu-Sul será o de se constituir como critério comum para facilitar o reconhecimento mútuo de títulos ou diplomas de grau universitário para o exercício profissional nos convênios, tratados ou acordos bilaterais, multilaterais, regionais ou sub-regionais que tratem sobre isso.

Com relação a essas intenções de reconhecimento de títulos e mobilidade na região, as entrevistas realizadas com as pessoas-chave revelaram que, em geral, a vantagem de estar acreditados no Mercosul relaciona-se mais a uma questão de prestígio, já que a acreditação não habilita para o exercício profissional em outro país do bloco (LAGORIA, 2016).

A acreditação regional conferiria um valor agregado (simbólico) ao título e à acreditação nacional. Além disso, é um requisito para participar do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados do Mercosul (Marca) e isso é valorizado positivamente pelos atores institucionais.

Um aspecto destacável é que o cumprimento dos procedimentos de acreditação regional não demandou muitos esforços aos atores, quando foi realizado de forma coordenada com o processo nacional. No caso contrário, o esforço é duplicado, como aconteceu com a acreditação Arcu-Sul do curso de Engenharia Eletrônica da UNC, em que a acreditação nacional demorou e envolveu necessariamente a atualização do relatório realizado anteriormente (LAGORIA, 2016).

Até o momento do desenvolvimento do trabalho de campo desta investigação (2012 a 2013), não existia um acordo para compatibilizar a aplicação dos procedimentos nacionais e regionais de acreditação. Se existisse tal acordo, é possível que a realização vinculada de ambas as creditações não só

teria diminuído as exigências burocráticas dos cursos, mas também traria para o organismo acreditador a economia de recursos materiais e humanos que demanda o processo<sup>5</sup>.

Em síntese, segundo a experiência relatada pelos atores entrevistados, a acreditação regional no Mercosul não teria maior impacto que emitir uma certificação regional para os cursos, já que o reconhecimento de títulos de graduação no bloco não é ainda uma realidade concreta. Acrescenta-se a isso a possibilidade dos cursos participarem no programa de mobilidade acadêmica Marca.

Diferentemente do Mercosul, no Bloco União Europeia (UE), o processo de acreditação regional acontece de forma distinta. As entrevistas realizadas na UE confirmaram que a acreditação permite ao estudante continuar seus estudos em outro país e exercer sua profissão em qualquer país do bloco de maneira certa.

Isso encontra seu fundamento nas ações em educação superior baseadas no critério de supranacionalidade, que o bloco adotou e que conduziu a formação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) na Declaração de Bolonha do ano 1999.

Entre essas ações, o asseguramento da qualidade da educação superior se materializou na criação de uma série de organismos regionais vinculados ao controle da qualidade no bloco, como é o caso da *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA). A ENQA cumpre um importante papel no tema da acreditação no EEES junto com *European University Association* (EUA), *European Association of Institutions of Higher Education* (EURASHE) e *European Student Information Bureau* (ESIB).

Assim mesmo, para facilitar a mobilidade acadêmica e a equivalência de títulos, foi criado um sistema comum europeu de créditos (ETCS) e se reestruturou o sistema de educação superior em dois ciclos: graduação e pós-graduação (mestrado). Mais adiante, na Reunião de Ministros celebrada em Berlim, no ano de 2003, foi incorporado o doutorado como um terceiro ciclo.

---

<sup>5</sup> Com relação a este tema, em novembro de 2015, foi aprovada uma solicitação apresentada pela Coneau da Argentina para a implementação simultânea dos processos de acreditação nacional e regional Arcu-Sul (Reunião da Rede de Agências Nacionais de Acreditação, Ata 02/15).

Voltando o olhar ao Mercosul, sabe-se que, nas condições institucionais em que o bloco é organizado, não é possível pensar o reconhecimento de títulos, o exercício profissional e a mobilidade de estudantes e docente, da forma em que se põe em prática na UE. Para que isso ocorra, seria necessário reestruturar e repensar algumas questões do bloco, além da natureza de um mercado comum que não inclui a supranacionalidade. Nesse sentido, as características da UE como união monetária e o nível de integração que isso implica estariam facilitando a mobilidade e o reconhecimento de títulos com possibilidades de exercício profissional (LAGORIA, 2016).

Em relação à construção de uma cultura de qualidade, os entrevistados concordaram que a participação nos processos de acreditação, tanto em nível nacional como no regional, desperta o interesse próprio para realizar uma oferta de qualidade. Essa participação contribui à tomada de consciência do nível de qualidade dessa oferta. Ou seja, o fato de participar ativamente dos procedimentos de acreditação e de visualizar concretamente os resultados contribui para que os atores institucionais dimensionem os aspectos positivos da formação que fornecem e as deficiências que deveriam considerar.

Do ponto de vista de Harvey e Green (1993), é possível dizer que, no caso de alguns cursos selecionados para a amostra, os atores institucionais assumem a acreditação como perfeição. A qualidade como perfeição baseia-se na ideia de que as ações na educação superior realizam-se de maneira correta e sem falhas. O olhar está voltado aos processos institucionais e a ideia central é orientar cada etapa dos processos, por meio de ações em direção à perfeição, evitando qualquer possível falha. O conceito de cultura da qualidade vincula-se a este enfoque no sentido de que todos os membros da organização são responsáveis pela qualidade (HARVEY, GREEN, 1993). Ainda que os atores entrevistados não indicassem explicitamente essa intenção, é possível sugerir que a preocupação genuína por manter um nível de qualidade na oferta esteve presente desde os tempos anteriores à implantação dos processos de acreditação.

Por exemplo, no curso de Engenharia Industrial da UTN, os entrevistados manifestaram que a qualidade foi uma preocupação desde o início do funcionamento do curso. Também foi comentado que, antes mesmo da implementação da acreditação nacional, sustentava-se o controle da qualidade como uma boa prática e acreditavam na necessidade de efetuar-lo. Esse interesse condu-

ziu também a busca de outros certificados de qualidade, antes de se falar do tema em nível nacional (certificação do *Det Norske Veritas*<sup>6</sup>).

Isso indica, ademais, que o interesse pela qualidade da oferta não esteve relacionado apenas com o fato de atender à demanda do controle estatal. Essa afirmação baseia-se em entrevistas, em que os atores institucionais expressaram um interesse interno por uma oferta de qualidade.

Como é possível observar, a mudança de ordem cultural nesses cursos é tanto uma construção do contexto das decisões macropolíticas como um resultado dos interesses que circulam entre os membros da instituição. Desse modo, visualiza-se o controle da qualidade como uma construção simbólica própria dos indivíduos que as produzem e transmitem em contextos estruturados e historicamente específicos (THOMPSON, 1990).

Isso sugere que a qualidade da oferta é um tema de preocupação presente nos atores que participam dos processos de acreditação, ao menos para os entrevistados, principalmente, os integrantes das equipes de gestão e alguns professores.

A construção de uma cultura da qualidade é um processo social no qual intervêm não apenas os atores das instituições universitárias, mas todos aqueles envolvidos, pertencendo ao âmbito nacional ou regional de acreditação. Desse modo, a cultura da qualidade vai se configurando, não partindo de cada ator individual, senão de uma ação coletiva (CROZIER, FRIEDBERG, 1990).

## Continuidades e rupturas entre a acreditação regional e nacional

Ao relacionar o processo de acreditação regional com o nacional, os atores observaram certas incoerências da acreditação, tal como mencionado por um dos entrevistados.

Sobre isso, constatou-se, em documentos e entrevistas, que um dos cursos de Engenharia Eletrônica da amostra foi acreditado por cinco anos no Mexa e não foi acreditado no nível nacional, sendo que ambos os processos

---

<sup>6</sup> *Det Norske Veritas* (DNV) foi fundada em 1864 como uma Sociedade de Classificação de âmbito mundial com sede na Noruega. Trata-se de uma fundação independente, cujos objetivos são defender a vida, propriedades e o ambiente marinho, e é, por sua vez, um líder que fornece serviços de gestão de riscos. Mais informações encontram-se disponíveis em: <<https://www.dnvgl.com>>.

desenvolveram-se ao mesmo tempo. Esse fato despertou a atenção dos atores institucionais, já que o organismo responsável por conduzir o processo e outorgar a acreditação em ambos os níveis (regional e nacional) é o mesmo, a Coneau, ainda que a comissão de pares tenha sido formada de maneira diferente em cada caso.

Também, ao questionar as resoluções que expressam os resultados obtidos pelos cursos acreditados em nível regional, os entrevistados destacaram como confusos os processos de acreditação no Mexa e Arcu-Sul, que se outorgaram por cinco e seis anos, respectivamente, e de maneira direta, enquanto a acreditação nacional demandava exigências maiores. Isso nos remete a uma análise dos padrões avaliativos que foram indagados na pesquisa original, ponto de partida deste artigo.

Da análise documental, também se constatou que, na acreditação regional, não foram assumidos compromissos de melhoria por parte do curso como na acreditação nacional. No entanto, os pares avaliadores realizaram recomendações sobre as dimensões que foram consideradas deficientes e sobre as que poderiam ser melhoradas.

As incongruências que mencionam os atores institucionais sobre o processo de acreditação nacional ser realizado juntamente com a acreditação regional, mostram que suas finalidades são diversas. Essas finalidades poderiam incluir desde uma maior flexibilidade de critérios na acreditação regional até uma questão pragmática de economizar recursos. Para uma análise em profundidade desse tema, seria interessante realizar um estudo comparado dos padrões de acreditação do bloco regional e do organismo estatal de âmbito nacional.

Diante dessa realidade, proposta pelos atores e com base nos resultados desta pesquisa, surgem algumas inquietações que abrem o debate. Por exemplo: é justificado o gasto e a mobilização de atores demandados no processo de acreditação para que seja outorgado um valor simbólico à acreditação nacional que é rigorosa e exigente? Qual é o impacto dos benefícios da acreditação regional para o egresso? Até que ponto é necessária uma acreditação regional com as características do Arcu-Sul para acessar programas de intercâmbio, quando a mobilidade de alunos e professores é uma realidade muito instalada na sociedade atual e que pode ser acessada de diferentes formas?

Sobre esta última questão, é necessário considerar que o programa Marca é financiado exclusivamente com o orçamento da universidade. A Convocatória 2015-2016 estabelece que o financiamento do Programa será:

Para os estudantes: A Universidade de Origem cobrirá os custos de passagem e seguro. A Universidade de Destino cobrirá os custos de alojamento e manutenção. Para os docentes e coordenadores: A Universidade de Origem cobrirá os custos de alojamento e manutenção, passagem e seguro (ainda não está acordado entre os países, dependendo de decisões posteriores) (MERCOSUR EDUCATIVO, 2015: 8).

A partir daí, entende-se que o bloco Mercosul não destina fundos nem planos de financiamento para levar adiante a mobilidade acadêmica. O mesmo ocorre com outras ações de internacionalização na região, como, por exemplo, com a experiência da *Associação de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM)<sup>7</sup>, grupo autogestionado de universidades públicas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que funcionam em forma de rede.

Este grupo foi criado em agosto de 1991, por iniciativa das universidades, para enfrentar os desafios comuns na região. Desde então, desenvolve atividades de cooperação e internacionalização, de maneira autônoma e desvinculada administrativamente do bloco econômico Mercosul, entre as quais a mobilidade estudantil por meio do programa Escala Estudantes de Graduação e Escala Estudantes de Pós-Graduação, destinado à promoção da mobilidade dos estudantes regulares de mestrados e doutorados.

Nessa perspectiva, parece necessário incluir no debate a reflexão sobre o sentido da acreditação regional e a revisão dos seus propósitos para reformulá-los em relação ao que se vislumbra como possível.

De acordo com o panorama proposto, talvez uma opção para otimizar o sentido da acreditação seria pensar na autogestão do Arcu-Sul, para o seu funcionamento independente do Mercosul, como uma iniciativa própria das universidades e das agências acreditadoras funcionando em forma de rede. Desse modo, poderiam ser propostos objetivos específicos para o mecanismo regional do controle da qualidade, que orientem o processo de acreditação para alcançar os fins pensados pela e para a educação, sem a pretensão nem

---

<sup>7</sup> AUGM (Associação de Universidades Grupo Montevideo) <<http://grupomontevideo.org/sitio/>>

a exigência de ser parte de um bloco em que o interesse primordial esteve orientado sempre para o crescimento econômico da região.

## Considerações finais

O presente texto, sem chegar a ser um estudo de impacto, pretendeu indagar e analisar comparativamente o que ocorre nas instituições e nos cursos como consequência da implementação dos sistemas de acreditação de cursos universitários no marco da Lei de Educação Superior n. 24.521 e das disposições do Mercosul em matéria educativa (processos Mexa e/ou Arcu-Sul). O foco da análise esteve no que ocorre em nível operativo das práticas e das modificações que se registram em resposta ao processo de acreditação nacional e regional.

Como reflexão final, é possível afirmar, sem dúvidas, que a acreditação no âmbito nacional contribui ao controle da qualidade, à melhoria acadêmica e à promoção de uma cultura da qualidade. No entanto, é necessário reconhecer que as mudanças e melhorias verificadas nos cursos não são resultado exclusivamente desses processos.

As melhorias realizadas a partir do processo de acreditação nacional são verificáveis tanto nos documentos como nas entrevistas realizadas aos atores-chave. Todavia, a repercussão dos processos de acreditação não é indissociável de outros fatores próprios do contexto institucional, tal como revelado na análise realizada.

É importante lembrar que, em alguns cursos selecionados, os documentos e as entrevistas aos atores expõem um interesse próprio e genuíno de controlar a qualidade da oferta, por meio de experiências autogestionadas, que ocorreram previamente e independentes da implementação do processo de acreditação na Argentina.

No nível regional, é possível afirmar que a acreditação outorga um maior prestígio ao curso acreditado no Mexa e/ou Arcu-Sul. No entanto, não se constataram melhorias vinculadas à acreditação regional nos cursos que fizeram parte da amostra.

É possível que isso ocorra devido à dinâmica do processo e que, no marco das políticas em nível macro, não se destinam fundos para planos de me-

lhoria no ensino superior. Neste ponto, foi muito relevante a contribuição dos atores-chave que, nas entrevistas, estabeleceram evidentes diferenciais entre os benefícios obtidos da acreditação nacional e regional.

Em relação à cultura da qualidade, é possível dizer que se constitui de pautas socialmente construídas que se sustentam no tempo e se apropriam também os atores institucionais (CROZIER; FRIEDBERG, 1990). O fato de que os cursos tenham passado por várias fases de acreditação e em diferentes níveis (nacional e regional) contribuiu ao fortalecimento de uma cultura de qualidade.

Nesse sentido, a cultura da qualidade está se consolidando progressivamente, na medida em que os cursos atravessam as diferentes fases e instâncias de acreditação. É possível afirmar, também, que a acreditação regional contribui para isso. Assim, evidencia-se a influência do fator tempo na construção de padrões estruturais que são mencionados por Krotsch (2003).

Enfim, tanto os processos de acreditação em nível nacional como em nível regional contribuem para estimular a construção da cultura da qualidade, já que envolvem todos os atores que se comprometem com a tarefa, sempre que haja continuidade e não fiquem como um evento isolado.

Os planos de melhoria (PROMEI) implementados pelo governo nacional foram os únicos que envolveram uma mudança vinculada à ideia de melhoria no processo de acreditação nacional.

Em relação ao financiamento do Mercosul referente à acreditação regional, atualmente, é tratada a possibilidade de que o Sistema Integrado de Mobilidade (SIMERCOSUL) integre-se às estruturas de financiamento e gestão do programa Marca. Nesse sentido, foram criados três postos da Unidade Técnica de Educação e estão sendo realizadas as convocações para o preenchimento dos cargos.

Desse modo, o bloco regional financeira políticas vinculadas à acreditação regional. Seguindo a mesma linha de investigação, será interessante analisar, no futuro, as possibilidades que se abrem a partir destes novos financiamentos e os efeitos que essas políticas exercem sobre o interesse dos atores institucionais.

O processo de acreditação na UE e no Mercosul apresenta realidades absolutamente diferentes nos blocos, como visto nas práticas. O sentido do processo em nível regional na UE tem alcances, objetivos e desenvolvimentos distintos, assim como as reinterpretações de quem as levam adiante nas instituições.

Seguindo a perspectiva de Krotsch (2003), levou-se em consideração que tanto a implementação de políticas de educação como a sua análise deve considerar o local. De modo contrário, existe a possibilidade de que não se produzam os efeitos esperados da elaboração até sua execução no nível das práticas, no caso de sua implantação; ou, que se pretenda pensar que uma política exitosa em um lugar, possa ser aplicada diretamente em outro com resultados semelhantes, no caso da análise ser aplicada em outra realidade.

Por tal motivo, considera-se, com Tello (2015), que o processo de integração da Educação Superior ou da criação de um Espaço de Educação Superior, em nossa região, deve ser pensado como um processo de intercâmbio a partir de solidariedade acadêmica. Nesse sentido, e considerando a análise anterior, talvez seja necessário realizar um ajuste das expectativas que se esperam alcançar com o processo Arcu-Sul, iniciando com um olhar possível e reforçando um perfil educativo acima do econômico.

Por último, destaca-se que o marco conceitual construído para esta investigação resultou pertinente para a análise dos aspectos culturais e de mudança, permeados pelas práticas dos atores institucionais que sofrem transformações e ajustes com estreita vinculação com os efeitos que as macropolíticas estatais e regionais vêm exercendo no sistema educativo, no marco do contexto pós-neoliberal. O fato de poder investigar e analisar esses aspectos a partir da percepção dos atores institucionais permite questionar essas políticas do ponto de vista dos sentidos que são dados pelos sujeitos que as criam. Quer dizer, permitem outra forma de fazer política, partindo da tomada de consciência de suas potencialidades e efeitos, para participar na arena de negociações e levá-las nas ações diárias da escola com critério e responsabilidade social.

---

**Resumo:** O presente artigo inicia-se com uma descrição da estratégia metodológica e do marco teórico que orientaram a análise do estudo proposto na pesquisa original, ainda fundamentado na importância dessa investigação. Na sequência, o texto é dividido em três partes que reconstrói, brevemente, o contexto dos processos de acreditação dos cursos de graduação; os principais resultados da pesquisa, discutidos de maneira crítica em relação aos processos de acreditação em nível nacional (Argentina) e também em perspectiva regional (MERCOSUL e União Europeia). Finalmente, são apresentadas algumas reflexões sobre a experiência dos cursos analisados, assim como é resgatado o significado do MARCA para assegurar a integração educacional na região.

**Palavras-chave:** Acreditação, Engenharia, MERCOSUL, União Europeia (UE), MARCA.

**Abstract:** This article begins with an introduction describing the methodological strategy, outlining the conceptual framework that guided the analysis of the case proposed in the original investigation

and based the importance of the research carried out. Then, three sections are developed that briefly reconstruct the context in which the processes of accreditation of degree courses are understood, the main findings of the research in relation to accreditation processes at the national level (Argentina) And regional level (MERCOSUR and European Union) are critically discussed. Finally, some reflections on the experience of the degree courses analyzed are presented and the value of the MARCA is reinforced in order to consolidate the educational integration in the region.

**Keywords:** Accreditation, Engineering, MERCOSUR, European Union (EU), MARCA.

## Referências

ARGENTINA. *Lei de Educação Superior n. 24.521*. 1995

BALL, S. Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. Tradução Estela M. Miranda. *Revista Páginas*, n. 2, p. 19-33, 2002.

BARREYRO, G.; LAGORIA, S. Acreditação da educação superior na América Latina: os casos da Argentina e do Brasil no contexto do Mercosul. *Revista PROLAM*, v. 1, p. 7-27, 2010. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/cadernos.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

BARREYRO, G.; LAGORIA, S.; HIZUME, G. As Agências Nacionais de Acreditação no Sistema ARCU-SUL: primeiras considerações. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 49-72, 2012. Disponível em: <[http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path\[\]=2165](http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path[]=2165)>. Acesso em: 28 set. 2016.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *El actor y el sistema, las restricciones de la acción colectiva*. México: Alianza Mexicana, 1990.

DIAS SOBRINHO, J. *Acreditação da educação superior*, 2008. Mimeografado.

GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 1992.

GONZÁLEZ, L. E; CASTILLO, D. *La educación en el siglo XXI: Estudios, investigaciones, estadísticas y evaluaciones educacionales. Estudio Analítico Comparativo do Sistema Educacional do MERCOSUL-Educação Superior*,. Projeto BRA/04/049 – Chile. Relatório Final INEP-PNUD. 2006.

HARVEY, L; GREEN, D. Defining quality. *Assessment and Evaluation in Higher Education*, v. 18, n. 1, p. 9-34, 1993.

KROTSCH, P. *Educación superior y reformas comparadas*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

LAGORIA, S. L. *Acreditación de carreras de grado en el ámbito nacional y regional: el caso de las ingenierías*. 2016. 312f. Tesis Doctoral (Doctorado en Estudios Sociales de América Latina) – Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2016.

MAINARDES, J; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.

MERCOSUR EDUCATIVO. MARCA. Termos de referência da chamada 2015-2016. Setor educativo do Mercosul. Comissão Regional de Coordenação do Ensino Superior. 2015. Disponível em: <[http://programamarca.siu.edu.ar/documentos/2015-2016/TDR\\_MARCA\\_2015-2016.pdf](http://programamarca.siu.edu.ar/documentos/2015-2016/TDR_MARCA_2015-2016.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2016.

MIRANDA, E. Una “caja de herramientas” para el análisis de la trayectoria de la política educativa. La perspectiva de los ciclos de la política (Policy Cycle Approach). In: MIRANDA, E.; BRYAN, N.

(Org.). *(Re) Pensar a Educação Pública: contribuições da Argentina e do Brasil*. Córdoba. Ed. FFyH-UNC, 2011. (p. 105-128)

MORA, J. G. La evaluación y acreditación en la Unión Europea. In: MORA, J. G.; FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (Orgs.). *Educación Superior. Convergencia entre América Latina y Europa*. Buenos Aires: Eduntref, 2005. p. 21-30.

RAMA, C. *La tercera reforma de la educación superior en América Latina*. Buenos Aires: FCE, 2006.

TELLO, C. Políticas educativas, educación superior y proceso de Bolonia en Latinoamérica. *Crítica Educativa, Sorocaba/SP*, v. 1, n. 1, p. 80-97, 2015. Disponível em: < <http://oaji.net/articles/2016/2991-1455533181.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

THOMPSON, J. B. *Ideology and Modern Cultura*. Critical Social Theory in the Era of Mass Communication. Stanford, California: Stanford University Press, 1990.

Recebido em Agosto de 2017

Aprovado em Março de 2018